



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PORTARIA Nº 2291/SNTEP/MME, DE 13 DE JUNHO DE 2023

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, incisos I e II, da Portaria nº 692/GM/MME, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria nº 318/GM/MME, de 1º de agosto de 2018, no art. 4º da Portaria nº 364/GM/MME, de 13 de setembro de 2017, e no Edital do Leilão nº 02/2022-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001725/2023-13, resolve:

Capítulo I

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 03 do Leilão nº 02/2022-ANEEL, de titularidade da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 45.690.276/0001-87, detalhado nos Anexos I e II à presente Portaria.

§ 1º O projeto de que trata o **caput**, objeto do Contrato de Concessão nº 03/2023-ANEEL, celebrado em 30 de março de 2023, é alcançado pelo art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 318/GM/MME, de 1º de agosto de 2018.

§ 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de janeiro de 2023 e são de exclusiva responsabilidade da concessionária, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

§ 3º A concessionária deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 4º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º A concessionária deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria nº 318/GM/MME, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo II

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 2º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do

Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, o projeto de transmissão de energia elétrica, de titularidade da concessionária, detalhado nos Anexos I e III à presente Portaria.

Parágrafo único. A concessionária e a sociedade controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle e Receita Federal do Brasil;

IV - para projetos de transmissão de energia elétrica, manter atualizados os dados no Sistema de Gestão da Transmissão - SIGET; e

V - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na Portaria nº 364/GM/MME, de 13 de setembro de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento da matriz da empresa titular do projeto, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto prioritário aprovado nesta Portaria.

Art. 4º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do projeto como prioritário.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como prioritário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA

ANEXO I

PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO	
Nome Empresarial	CNPJ
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A.	45.690.276/0001-87
DADOS DO PROJETO	
	Lote 03 do Leilão nº 02/2022-ANEEL (Contrato

Denominação do Projeto	de Concessão nº 03/2023-ANEEL, celebrado em 30 de março de 2023).
Descrição do Projeto	<p>Projeto de transmissão de energia elétrica, relativo ao Lote 03 do Leilão nº 02/2022-ANEEL, compreendendo:</p> <p>I - Subestação 500/230/69 kV Açailândia, com sete unidades de transformação monofásicas 500/√3-230/√3-13,8 kV, de 150 MVA cada, e duas unidades de transformação trifásicas 230/69-13,8 kV, de 75 MVA cada;</p> <p>II - Subestação 500/230/138 kV Santa Luzia III, com sete unidades de transformação monofásicas 500/√3-230/√3-13,8 kV, de 150 MVA cada, e duas unidades de transformação trifásicas 230/69-13,8 kV, de 100 MVA cada;</p> <p>III - Subestação 230/69 kV Dom Eliseu II, com duas unidades de transformação trifásicas 230/69 kV, de 75 MVA cada;</p> <p>IV - Subestação Encruzo Novo, com um Compensador Síncrono - 30/50 Mvar;</p> <p>V - primeiro circuito da Linha de Transmissão Encruzo Novo - Santa Luzia III, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de duzentos e sete quilômetros;</p> <p>VI - primeiro e segundo circuitos da Linha de Transmissão Açailândia - Dom Eliseu II, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de setenta e um quilômetros e quinhentos metros;</p> <p>V - Implementação de dois circuitos simples em 500</p>

	kV, com extensões aproximadas de um quilômetro e setecentos metros e um quilômetro, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão Açailândia - Miranda II, em 500 kV, e a subestação Santa Luzia III, setor 500 kV; e VI - unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, equipamentos de compensação de reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas, remanejamentos de bancos de reatores e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Período de Execução	De 30/03/2023 a 30/03/2028.
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Alto Alegre do Pindaré, Araguañã, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Itinga do Maranhão, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Pedro do Rosário, Presidente Médici, Santa Helena, Santa Luzia, Bom Jardim, Açailândia, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, Estado do Maranhão; Dom Eliseu, Estado do Pará.

ANEXO II

INFORMAÇÕES DO PROJETO REFERENTES AO ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA.	
ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R\$)	
Bens	604.891.324,31.
Serviços	478.786.636,98.
Outros	17.759.887,86.
Total (1)	1.101.437.849,15.

ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R\$)	
Bens	550.771.259,09.
Serviços	464.563.771,47.
Outros	17.759.887,86.
Total (2)	1.033.094.918,42.

ANEXO III

INFORMAÇÕES DO PROJETO REFERENTES À APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO, PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI Nº 12.431, DE 2011.		
RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA EMPRESA TITULAR DO PROJETO (Cia. Fechada)		
Razão Social ou Nome de Pessoa Física	CNPJ ou CPF	Participação (%)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	07.859.971/0001-30	99,99998%
Marco Antônio Resende Faria	***.820.696-**	0,00002%



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento**, em 15/06/2023, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0769022** e o código CRC **C2C5A33D**.